

O dialeto baiano e a variação sociolinguística: identidade, transformações históricas e expressões do “baianês”

Rebeca Crislangue César Santos *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0001-3322-6749>

Alexandre António Timbane**

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

RESUMO

O presente artigo discute o dialeto baiano enquanto manifestação linguística e sociocultural do português brasileiro, sob a perspectiva da Sociolinguística e dos estudos da variação linguística. Parte-se do princípio de que a língua é um fenômeno heterogêneo e socialmente condicionado, conforme defende Labov (2008, p. 238), ao afirmar que “a variação é inerente ao sistema linguístico e reflete a organização social dos falantes”. Nesse sentido, o estudo analisa a formação histórica do falar baiano, suas influências sociais e culturais e as transformações ocorridas ao longo do tempo, com destaque para o uso em Salvador e em outras cidades do estado da Bahia. Considera-se ainda a contribuição dos estudos brasileiros da Sociolinguística, especialmente aqueles que discutem a diversidade do português falado no país. Para Bortoni-Ricardo (2004, p. 33), “não existe uma única forma legítima de falar português, mas diferentes variedades que se constroem nas práticas sociais”. De modo semelhante, Bagno (2007, p. 36) ressalta que “toda língua varia e muda, e essa variação não é defeito, mas característica essencial das línguas naturais”. A partir dessa perspectiva teórica, apresentam-se exemplos lexicais e expressões características do baianês — como “lá ele” — e seus significados no contexto comunicativo regional, evidenciando aspectos pragmáticos, identitários e culturais. O estudo demonstra que o dialeto baiano constitui elemento simbólico da cultura local e instrumento de pertencimento social, revelando relações profundas entre língua, sociedade, história e identidade coletiva.

PALAVRAS-CHAVE

Dialeto baiano; Sociolinguística; Variação linguística; Identidade cultural; Salvador.

* Licenciada em Letras-Língua Portuguesa pelo Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês. Professora do Ensino Fundamental e médio em Instituições de ensino públicas e particulares. E-mail: rebecacesar@aluno.unilab.edu.br

** Doutor em Linguística e docente do Curso de Letras-Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, E-mail: alexandre.timbane@unilab.edu.br

Le dialecte bahianais et variation sociolinguistique : identité, transformations historiques et expressions du « portugais bahianais »

RÉSUMÉ

Cet article examine le dialecte bahianais comme une manifestation linguistique et socioculturelle du portugais brésilien, dans une perspective sociolinguistique et à travers l'étude de la variation linguistique. Il part du principe que le langage est un phénomène hétérogène et socialement conditionné, comme le soutient Labov (2008, p. 238), qui affirme que « la variation est inhérente au système linguistique et reflète l'organisation sociale des locuteurs ». Dans cette perspective, l'étude analyse la formation historique du bahianais, ses influences socioculturelles et les transformations qu'il a subies au fil du temps, en mettant l'accent sur son usage à Salvador et dans d'autres villes de l'État de Bahia. L'apport des études sociolinguistiques brésiliennes est également pris en compte, notamment celles qui traitent de la diversité du portugais parlé dans le pays. Pour Bortoni-Ricardo (2004, p. 33), « il n'existe pas une seule manière légitime de parler portugais, mais différentes variétés construites par les pratiques sociales ». De même, Bagno (2007, p. 36) souligne que « toute langue varie et évolue, et cette variation n'est pas un défaut, mais une caractéristique essentielle des langues naturelles ». Dans cette perspective théorique, des exemples lexicaux et des expressions caractéristiques du dialecte bahianais – comme « lá ele » – ainsi que leurs significations dans le contexte communicatif régional sont présentés, mettant en lumière les aspects pragmatiques, identitaires et culturels. L'étude démontre que le dialecte bahianais constitue un élément symbolique de la culture locale et un instrument d'appartenance sociale, révélant des liens profonds entre langue, société, histoire et identité collective.

MOTS-CLÉS

Dialecte bahianais; Sociolinguistique; Variation linguistique; Identité culturelle; Salvador.

Introdução

A língua portuguesa no Brasil apresenta ampla diversidade de usos e formas, resultado de processos históricos, sociais e culturais que marcaram a formação do país e de suas comunidades de fala. Nesse contexto, o dialeto baiano se destaca como uma variedade linguística marcada por traços fonéticos, lexicais e pragmáticos próprios, constituindo-se como elemento identitário do estado da Bahia, especialmente da cidade de Salvador, espaço historicamente marcado pela pluralidade étnica e cultural.

A Sociolinguística, área que investiga a relação entre língua e sociedade, compreende a variação linguística como parte constitutiva do funcionamento das línguas naturais. Labov (2008) afirma que a heterogeneidade é inerente à língua e deve ser analisada dentro das práticas sociais dos falantes, ao destacar que “a variação não é acidental, mas organizada e sistemática” (LABOV, 2008, p. 238). Nessa

perspectiva, a língua não se apresenta como estrutura homogênea, mas como um conjunto dinâmico de usos condicionados por fatores sociais, históricos e culturais. De acordo com Coelho et al. (2015, p.39),

A variação regional está associada, alguma vezes, à etnia colonizadora de uma comunidade. Isso ocorre porque a língua do povo colonizador acaba influenciando a língua da região colonizada. No Brasil, apesar de o território ter sido largamente colonizado por portugueses, tivemos um grande fluxo migratório de diversos povos-alemães, italianos, espanhóis, açorianos, japoneses e eslavos, entre outros – sem contar os povos africanos que foram trazidos como mão de obra escrava e os povos indígenas que aqui já habitavam. Esse grande fluxo migratório é um dos fatores que fazem do nosso país um espaço pluridialectal – “um prato cheio” para a pesquisa sociolinguística. Devemos ter cautela, no entanto, pois nem toda variação regional pode ser explicada pelo fator “colonização”.

De modo complementar, estudos brasileiros reforçam essa compreensão ao evidenciar que as variedades linguísticas expressam experiências sociais e trajetórias históricas dos falantes, tal Leite e Callou (2002). Para Bortoni-Ricardo (2004, 2014), o português brasileiro é constituído por múltiplas variedades sociolinguísticas, resultantes de processos de urbanização, escolarização e mobilidade social, o que evidencia a coexistência entre a norma padrão e os falares populares. Bagno (2007), ao discutir o preconceito linguístico, ressalta que a ideia de uma língua única e correta é socialmente construída e serve, muitas vezes, como mecanismo de exclusão, defendendo que “toda língua varia e muda continuamente, e essa variação é constitutiva do próprio sistema linguístico” (BAGNO, 2007, p. 36).

Além disso, a literatura sociolinguística aponta que o modo de falar funciona como marcador identitário e cultural. Conforme Mollica e Braga (2012), a variação linguística reflete a organização social e cultural das comunidades de fala, revelando valores, práticas e formas de pertencimento coletivo. Nesse sentido, o falar baiano pode ser compreendido como expressão simbólica de identidade regional, memória histórica e resistência cultural.

A formação do dialeto baiano está diretamente relacionada ao contato entre povos africanos, indígenas e europeus durante o período colonial, processo que contribuiu para a constituição de um repertório linguístico singular, presente até hoje nas práticas comunicativas da população. Salvador, como antiga capital do Brasil e importante centro cultural, desempenhou papel fundamental na difusão desse falar, que se expandiu para outras cidades do estado, assumindo variações locais.

Este artigo tem como objetivo analisar o dialeto baiano sob a perspectiva sociolinguística, discutindo sua formação histórica, transformações e usos sociais, com ênfase em Salvador e em outras cidades da Bahia, além de apresentar exemplos lexicais e expressões típicas — como “lá ele” — e seus significados no contexto comunicativo regional. Busca-se, assim, compreender o baianês como manifestação legítima da diversidade linguística brasileira e como elemento constitutivo da identidade cultural de seus falantes.

2. Sociolinguística e variação linguística

A Sociolinguística constitui um campo fundamental para a compreensão das relações entre língua e sociedade, partindo do princípio de que a heterogeneidade é característica intrínseca das línguas naturais. Labov (2008, p. 238) afirma que “a variação linguística não é aleatória, mas estruturada e socialmente condicionada”, evidenciando que os usos linguísticos refletem fatores como classe social, faixa etária, escolarização e redes de interação social. Essa perspectiva rompe com visões normativas que compreendem a língua como sistema homogêneo e imutável.

No contexto brasileiro, Bortoni-Ricardo (2004) demonstra que o português falado no Brasil resulta de processos históricos de contato linguístico, urbanização e mobilidade social. A autora ressalta que a escola, ao privilegiar a norma-padrão, frequentemente desconsidera a diversidade sociolinguística dos estudantes, o que pode gerar exclusão simbólica e reforçar desigualdades sociais. Tal crítica, contudo, não elimina a importância do ensino da norma culta, mas aponta para a necessidade de uma abordagem pedagógica crítica e inclusiva.

Bagno (2007, p. 36) enfatiza que “toda língua varia e muda continuamente”, defendendo que o preconceito linguístico decorre da valorização social de determinadas variedades em detrimento de outras. Sua contribuição é central para o debate educacional brasileiro, embora parte da crítica acadêmica destaque a necessidade de equilibrar valorização das variedades populares com a preparação dos falantes para contextos formais e institucionais.

Mollica e Braga (2012) reforçam que a variação linguística é regular e previsível, podendo ser analisada por meio de métodos empíricos e estatísticos. Tarallo (2007) e Naro (2003) complementam essa perspectiva ao demonstrar que mudanças linguísticas seguem padrões históricos e sociais, não sendo fruto de desvios individuais, mas de transformações coletivas.

Timbane (2013) amplia o debate ao enfatizar que a diversidade linguística constitui patrimônio cultural e instrumento de resistência identitária. O autor argumenta que o reconhecimento das variedades linguísticas contribui para a inclusão social e para a valorização das culturas locais, embora ressalte que políticas linguísticas frágeis podem gerar tensões entre identidade e padronização.

Lucchesi (2009) e Mattos e Silva (2004) destacam a importância do contato linguístico na formação do português brasileiro, especialmente em regiões como a Bahia, onde a presença africana e indígena foi intensa. Esses estudos demonstram que a língua se constitui historicamente a partir de relações sociais complexas e assimétricas.

2.2 Identidade, cultura e língua

A língua funciona como marcador de identidade social e cultural, articulando pertencimento, memória coletiva e práticas sociais. No campo da Sociolinguística, compreende-se que o modo de falar não é apenas um instrumento de comunicação, mas um sistema simbólico por meio do qual sujeitos e comunidades constroem sentidos sobre si e sobre o mundo. Bagno (2007) afirma que o uso linguístico revela trajetórias históricas e relações de poder, sendo a linguagem um elemento central na constituição das identidades sociais e na delimitação de fronteiras simbólicas entre grupos.

Sob essa perspectiva, a identidade linguística é historicamente situada. Tarallo (1990) e Naro (2003) defendem que as variedades do português brasileiro resultam de processos sociais de contato, mobilidade populacional e reorganização cultural, não podendo ser compreendidas como desvios da norma, mas como produtos legítimos de experiências socioculturais específicas. Mollica e Braga (2012) reforçam que a variação linguística constitui um fenômeno inerente às línguas naturais, diretamente condicionado por fatores sociais, históricos e interacionais.

Timbane (2013; 2017; 2020) argumenta que as variedades linguísticas regionais constituem formas legítimas de expressão cultural, pois carregam valores, visões de mundo e experiências históricas compartilhadas. Para o autor, as línguas e variedades africanas e afro-diaspóricas desempenham papel fundamental na constituição das identidades linguísticas no espaço lusófono, especialmente em contextos marcados pela colonização e pela escravização. Contudo, em sociedades profundamente desiguais, essas variedades costumam ser estigmatizadas e associadas a baixo prestígio social, revelando o caráter político da língua e da normatização linguística.

A historiografia linguística brasileira demonstra que o português falado no Brasil não é mera continuidade do português europeu, mas resultado de intensos processos de contato linguístico entre diferentes povos. Mattos e Silva (2004) destaca que a formação do português brasileiro ocorreu em meio à convivência entre línguas africanas, línguas indígenas e o português colonial, sendo a Bahia um dos principais espaços dessa interação. Lucchesi (2009) complementa que a história sociolinguística do Brasil está diretamente ligada à escravidão e à diversidade étnica da população, fatores que influenciaram profundamente a estrutura e o uso do português brasileiro.

Nesse contexto, as influências africanas são particularmente relevantes. Diversos estudos apontam a presença de traços lexicais, fonéticos e pragmáticos provenientes de línguas Bantu no português brasileiro, especialmente em regiões com forte presença histórica de populações africanas, como a Bahia. Timbane (2013) observa que essas contribuições não se limitam ao vocabulário, mas envolvem modos de interação, estratégias discursivas e concepções culturais incorporadas ao uso da língua. Esse processo evidencia que a língua portuguesa no Brasil foi ressignificada pelos sujeitos africanos e afrodescendentes, tornando-se um espaço de resistência e recriação cultural.

As influências indígenas também desempenharam papel decisivo na formação do português brasileiro. Durante o período colonial, as línguas gerais de base tupi foram amplamente utilizadas como meio de comunicação entre diferentes grupos, influenciando o léxico, a toponímia e certos padrões de uso linguístico. Essa convivência prolongada contribuiu para a construção de um português marcado pela pluralidade cultural e linguística.

No caso específico da Bahia, a articulação entre cultura, história e língua torna-se ainda mais evidente. A região foi um dos principais centros de chegada de africanos escravizados e de circulação cultural no período colonial, o que favoreceu a formação de práticas linguísticas híbridas. O chamado baianês emerge desse contexto como uma variedade linguística que expressa pertencimento cultural, memória histórica e formas específicas de sociabilidade.

Do ponto de vista morfológico e sociocultural, a própria denominação “baianês” merece atenção. O sufixo “-nês” é historicamente utilizado na língua portuguesa para designar idiomas, dialetos ou modos de falar associados a grupos sociais ou regiões (como em “português”, “japonês”, “camponês”). Sua aplicação ao termo “baiano” indica um processo de lexicalização e reconhecimento social de uma forma particular de falar, transformando o falar baiano em objeto de identificação cultural e, ao mesmo

tempo, de estigmatização. Esse mecanismo evidencia como a língua participa da construção de identidades coletivas, mas também de hierarquias simbólicas.

Críticas à normatização linguística emergem desse cenário. Bortoni-Ricardo (2004) aponta que a escola historicamente privilegiou a norma padrão como única forma legítima de expressão, ignorando a diversidade linguística brasileira. Tal postura contribui para a marginalização de falantes de variedades regionais e populares. Por outro lado, a autora reconhece avanços recentes no campo educacional, com propostas pedagógicas que valorizam a variação linguística e buscam combater o preconceito linguístico.

Assim, a análise da relação entre identidade, cultura e língua no contexto baiano revela um quadro complexo: ao mesmo tempo em que o baianês constitui um marcador de pertencimento e resistência cultural, ele também é alvo de estigmatização social e de disputas simbólicas. Compreender essa dinâmica exige articular teoria sociolinguística, historiografia e análise cultural, reconhecendo que a língua é simultaneamente prática social, herança histórica e instrumento político.

3. Formação histórica do dialeto Baiano

A formação histórica do chamado *baianês* precisa ser compreendida a partir de um olhar que ultrapasse a simples ideia de “variedade regional” e considere, de modo crítico, os processos históricos, sociais e culturais que moldaram o português falado na Bahia. Não se trata apenas de um modo diferente de falar, mas de um resultado direto de relações de poder, de contato linguístico e de construção identitária ao longo de séculos.

Desde o período colonial, Salvador ocupou posição central na organização política e econômica do Brasil, sendo um dos principais portos de chegada de africanos escravizados e ponto estratégico de circulação cultural e linguística. Nesse cenário, a língua portuguesa entrou em contato intenso com línguas africanas de matriz banto e iorubá, além das línguas indígenas já presentes no território. Esse contato não foi periférico nem ocasional: foi estrutural. A língua que se consolidou na Bahia resultou de convivências forçadas, negociações simbólicas e adaptações comunicativas entre diferentes povos.

Como aponta Lucchesi (2009), o português popular brasileiro — especialmente em regiões como a Bahia — apresenta marcas evidentes de processos de contato linguístico, manifestadas em padrões entoacionais, escolhas lexicais e determinadas estruturas sintáticas. Isso evidencia que a língua não é um sistema homogêneo e fechado, mas um organismo social moldado por experiências históricas concretas.

Nessa perspectiva, a formação do português baiano não pode ser explicada apenas pela herança europeia, como sustentaram por muito tempo abordagens filológicas tradicionais.

Mattos e Silva (2004) já advertia que o português brasileiro se desenvolveu em um contexto de multilinguismo intenso, no qual as línguas africanas e indígenas desempenharam papel decisivo. A autora defende que a constituição do português no Brasil não ocorreu por simples “transplante” do modelo europeu, mas por um processo de reconstrução linguística em território colonial. Essa reconstrução foi marcada por assimetrias sociais e raciais, o que implica reconhecer que a história da língua também é história de desigualdades.

Historicamente, porém, parte da tradição linguística brasileira privilegiou a matriz europeia como referência normativa e civilizatória, minimizando ou invisibilizando contribuições africanas e indígenas. Essa postura não foi apenas teórica: ela se articulou com projetos políticos e educacionais que associavam a norma padrão a prestígio social e intelectual. Bagno (2007) critica esse modelo ao afirmar que a valorização exclusiva da norma culta reflete relações de poder e produz hierarquias simbólicas entre falantes.

Nesse sentido, a própria noção de “dialeto baiano” precisa ser problematizada. O termo “dialeto”, na tradição linguística, refere-se a uma variedade de uma língua associada a determinado território ou grupo social, sem implicar inferioridade estrutural em relação à língua padrão (Coelho et al, 2015; Faraco, 2016). Nesta perspectiva Labov (2008) demonstra que toda língua é intrinsecamente heterogênea e que as variações são parte constitutiva do sistema linguístico. Toda língua é uma soma de dialetos e não existe hierarquia entre os dialetos. Portanto, do ponto de vista científico, não há hierarquia entre dialeto e norma: há apenas usos socialmente situados (Faraco, 2005).

Contudo, no imaginário social brasileiro, “dialeto” muitas vezes é interpretado como uma fala inferior, incorreta ou “menos desenvolvida”. Essa leitura revela mais sobre ideologias linguísticas do que sobre a língua em si. Bortoni-Ricardo (2004) argumenta que o português brasileiro é composto por múltiplas variedades legítimas e que a estigmatização de falares populares está associada a desigualdades sociais e educacionais, e não a critérios linguísticos.

Diante disso, torna-se pertinente questionar se o termo “dialeto” é o mais adequado para designar o baianês. Do ponto de vista acadêmico, ele pode ser utilizado, desde que compreendido como categoria descritiva e não hierárquica. Entretanto, do

ponto de vista sociopolítico, seu uso exige cautela, pois pode reforçar estereótipos e preconceitos linguísticos. Muitos pesquisadores preferem falar em “variedade regional” ou “variedade sociolinguística”, termos que evitam associações depreciativas e enfatizam a legitimidade dos usos locais.

O baianês é um dialeto, e todo o dialeto tem menor prestígio na sociedade. O dialeto é visto como uma fala desviante, sem valor e é tratado de forma pejorativa socialmente. Lamentavelmente, a ideologia colonial permitiu que tal desvalorização acontecesse. Mas toda a variedade linguística é legítima e é historicamente construída e profundamente vinculada à identidade cultural. Trata-se de uma forma de falar que expressa pertencimento, memória coletiva e resistência simbólica. Negar essa legitimidade significa, em alguma medida, negar a própria história sociocultural da região.

Além disso, a historiografia linguística recente tem reforçado a centralidade das influências africanas e indígenas na constituição do português brasileiro. Timbane (2013) destaca que as variedades linguísticas resultantes do contato colonial carregam marcas de experiências históricas e cosmovisões específicas, sendo expressões legítimas de identidades coletivas. Para o autor, desvalorizar essas variedades é perpetuar um projeto de apagamento cultural.

Na Bahia, essas influências se manifestam não apenas no léxico, mas também na musicalidade da fala, na organização discursiva, nas formas de tratamento e nos modos de construir humor e ironia. Elementos pragmáticos, como o uso de expressões de pertencimento e de estratégias comunicativas baseadas na oralidade, indicam que a língua é também prática cultural.

Tarallo (1990) e Naro (2003) reforçam que a variação linguística no Brasil resulta de processos históricos complexos, incluindo mobilidade social, urbanização e escolarização. No caso baiano, esses fatores se articulam a um passado colonial profundamente marcado pela escravidão e pela diversidade étnica. Assim, a formação do falar baiano não pode ser explicada apenas por fatores linguísticos internos; ela exige leitura sociológica e histórica.

Portanto, a formação histórica do baianês evidencia que a língua é produto de encontros — muitas vezes violentos — entre povos, culturas e sistemas simbólicos. O português falado na Bahia carrega vestígios dessas interações e revela uma trajetória de reinvenção contínua. Mais do que uma “variedade regional”, ele constitui um espaço de memória social e de afirmação identitária.

Reconhecer essa formação implica também uma crítica às políticas linguísticas e educacionais que, durante muito tempo, valorizaram exclusivamente a norma padrão e desconsideraram saberes linguísticos locais. A escola, frequentemente, operou como agente de padronização e, por vezes, de silenciamento de identidades linguísticas (Faraco, 2016; Castilho, 2004). Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer avanços recentes: a Sociolinguística educacional tem contribuído para uma visão mais inclusiva, defendendo o ensino da norma padrão sem deslegitimar as variedades populares.

Assim, discutir a formação histórica do baianês é discutir o próprio processo de formação do Brasil. É reconhecer que a língua é atravessada por relações de poder, mas também por resistências. É compreender que falar “baiano” não é apenas usar determinadas palavras ou entonações, mas inscrever-se em uma história coletiva marcada por contato cultural, desigualdade social e criatividade linguística.

4. O dialeto baiano nas cidades da Bahia

Pensar o chamado dialeto baiano nas cidades do estado exige abandonar a ideia de uma fala homogênea e reconhecer que a variação ocorre também dentro do próprio território baiano. A Bahia, por sua extensão geográfica e diversidade histórica, sociocultural e econômica, abriga múltiplas formas de realização do português, que se organizam conforme fatores como urbanização, mobilidade social, escolarização, contato com outras regiões e heranças culturais locais. Nesse sentido, falar em “baianês” implica compreender um conjunto de variedades interligadas, e não um modelo único e estático.

Cezário e Votre (2009, p.146) defendem a ideia de que “a variação configura-se como um conjunto de elementos diferentes de outro, conjunto de outro grupo, de outra localidade ou de outro contexto.” A Sociolinguística demonstra que toda comunidade linguística apresenta heterogeneidade estruturada. A variação não é aleatória: ela responde a fatores sociais, históricos e situacionais. Assim, o que se chama de dialeto baiano deve ser entendido como um campo de práticas linguísticas que se manifestam de formas distintas em cidades como Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro, Barreiras e Santo Antônio de Jesus.

Salvador, por sua centralidade histórica, cultural e demográfica, exerce forte influência sobre a difusão de traços linguísticos no estado. A capital reúne marcas da oralidade afro-brasileira, da musicalidade da fala, de construções sintáticas recorrentes e de um léxico fortemente associado à vida urbana e às práticas culturais

locais. Expressões como “meu rei”, “minha rainha”, “lá ele”, “oxente”, “bora” e “se avexe não” circulam amplamente e funcionam como marcadores identitários e pragmáticos. Esses usos revelam que a língua, como afirma Bagno (2007), é também um instrumento de pertencimento social e de construção simbólica de comunidade.

Lucchesi (2009) observa que, em contextos urbanos como Salvador, a variação linguística reflete processos históricos de desigualdade social, especialmente entre variedades associadas às classes populares e aquelas vinculadas à norma escolar. O autor destaca que o português popular urbano apresenta traços sistemáticos e organizados, não sendo resultado de “desvios” da norma, mas de dinâmicas sociolinguísticas próprias.

Em Feira de Santana, por exemplo, cidade marcada pelo comércio e pela mobilidade populacional, observa-se uma fala que articula elementos urbanos e rurais, evidenciando o que Bortoni-Ricardo (2004) denomina contínuo rural-urbano. Nesse contexto, formas linguísticas associadas ao interior convivem com estruturas mais próximas da norma padrão, sobretudo entre falantes com maior escolarização. Expressões como “num sei”, “oxente, homi”, “bora simbora” e “visse” demonstram permanências culturais e linguísticas que atravessam gerações.

No sul do estado, cidades como Ilhéus e Itabuna apresentam marcas linguísticas relacionadas à história do ciclo do cacau e à presença de migrações internas. O léxico regional inclui termos ligados ao trabalho agrícola e às relações comunitárias, além de entonações características. A variação nesse contexto evidencia o que Tarallo (1990) chama de condicionamento social da língua: as formas de falar refletem experiências históricas específicas e modos de vida locais.

Em Vitória da Conquista, localizada no sudoeste baiano, observa-se uma fala influenciada pelo contato com Minas Gerais e pelo interior do Nordeste, evidenciando processos de difusão linguística inter-regional. Naro (2003) aponta que a mobilidade populacional é um dos fatores mais relevantes para a mudança linguística, pois promove a circulação de formas e estruturas entre diferentes comunidades de fala.

Já em Juazeiro, na região do Vale do São Francisco, o contato com Pernambuco produz traços linguísticos compartilhados entre os dois estados, como entonações e escolhas lexicais semelhantes. Isso reforça a ideia de que as fronteiras linguísticas não coincidem necessariamente com limites políticos, sendo moldadas por redes sociais e econômicas.

Barreiras, no oeste baiano, apresenta um cenário ainda mais complexo, marcado por processos migratórios recentes, especialmente ligados à expansão agrícola. Nesse

espaço, convivem falas nordestinas tradicionais, variedades do Centro-Oeste e influências de outras regiões do país. Essa heterogeneidade confirma a tese sociolinguística de que a língua se transforma continuamente a partir das interações sociais.

Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo, preserva traços fortemente associados à herança afro-brasileira e às práticas culturais locais, especialmente nas formas de tratamento, nos marcadores discursivos e na musicalidade da fala. Timbane (2013) ressalta que as variedades linguísticas resultantes do contato histórico carregam valores culturais e modos de interpretar o mundo, sendo fundamentais para a manutenção de identidades coletivas.

Do ponto de vista linguístico, essa diversidade entre cidades pode ser observada em diferentes níveis. No plano fonético, há variações na entonação, no ritmo e na realização de determinados fonemas. No plano sintático, aparecem construções como “sei não”, “vou mais não”, “deixe eu fazer”, “a gente vai”, que revelam padrões recorrentes no português popular. No plano lexical, destacam-se palavras e expressões regionais que funcionam como marcadores identitários e culturais.

Mollica e Braga (2012) assim como Martins, Vieira e Tavares (2014) defendem que a variação linguística precisa ser analisada como fenômeno sistemático, condicionado por fatores sociais como idade, gênero, escolaridade e pertencimento cultural. Assim, não basta identificar diferenças entre cidades: é necessário compreender os contextos sociais que sustentam essas diferenças.

Entretanto, essa diversidade nem sempre é valorizada socialmente. A escola e os meios de comunicação, por muito tempo, privilegiaram a norma padrão como modelo legítimo de uso da língua, contribuindo para a estigmatização de variedades regionais. Bagno (2007) argumenta que o preconceito linguístico é uma forma de discriminação social, pois associa modos de falar a níveis de inteligência ou competência.

Bortoni-Ricardo (2004) reforça que a escola precisa reconhecer a diversidade linguística dos alunos e trabalhar a norma padrão como uma variedade adicional, e não como substituta das formas locais de fala. Nesse sentido, compreender o baianês nas cidades do estado é também repensar práticas pedagógicas e políticas linguísticas.

Do ponto de vista prático, essa variação se manifesta no cotidiano: na feira, no transporte público, nas redes sociais, nas músicas e nas relações familiares. O modo de falar muda conforme o interlocutor e o contexto, revelando o que Labov (2008) denomina adequação linguística. Um falante pode utilizar marcas regionais em

situações informais e aproximar-se da norma padrão em contextos institucionais, sem que isso represente incoerência, mas sim competência comunicativa.

Portanto, o chamado dialeto baiano nas cidades da Bahia deve ser compreendido como um mosaico sociolinguístico, em que diferentes práticas de fala coexistem, se influenciam e se transformam. Essa diversidade não representa fragmentação, mas vitalidade linguística. Cada cidade, com sua história e seus modos de vida, contribui para a construção coletiva do português baiano.

Mais do que um conjunto de traços linguísticos, o baianês é uma prática cultural. Ele se manifesta na música, na literatura, no humor, nas festas populares e nas interações cotidianas. Reconhecer essa pluralidade significa compreender que a língua não pertence apenas à gramática normativa, mas às pessoas que a utilizam, reinventam e ressignificam diariamente.

5. Análise sociolinguística do baianês

A análise sociolinguística do chamado baianês exige compreender que não se trata apenas de um conjunto de “expressões típicas”, mas de um sistema linguístico complexo, estruturado e socialmente condicionado, que se manifesta em diferentes níveis da língua: fonético-fonológico, morfosintático, lexical e pragmático-discursivo. A Sociolinguística, sobretudo a partir dos estudos de Labov (2008), demonstra que toda variedade linguística apresenta regularidade interna e organização, sendo a variação um fenômeno sistemático e inerente ao funcionamento das línguas naturais.

Nesse sentido, o baianês não pode ser interpretado como “erro” ou “desvio” da norma padrão, mas como uma variedade legítima do português brasileiro, construída historicamente e vinculada a práticas sociais específicas. Como afirma Bagno (2007), a crença em uma língua homogênea e imutável é um mito sustentado por ideologias linguísticas que privilegiam grupos socialmente dominantes. A análise sociolinguística permite, portanto, compreender o baianês como expressão de identidade, pertencimento e história social.

Do ponto de vista fonético-fonológico, o português falado na Bahia apresenta traços entoacionais marcantes, frequentemente associados à musicalidade e ao ritmo da fala. Lucchesi (2009) observa que a prosódia do português popular urbano em Salvador revela padrões específicos de entonação e acentuação, que diferem de outras regiões do país e que podem estar relacionados ao contato histórico com línguas africanas. A entonação ascendente em determinadas frases, o prolongamento vocálico

e o ritmo cadenciado da fala são exemplos frequentemente observados em interações cotidianas.

Exemplos práticos podem ser identificados em expressões como:

- “Oxente, meu rei!”
- “Bora ali rapidinho?”
- “Se avexe não, vai dar certo.”

Nesses casos, a entonação carrega valor pragmático e afetivo, funcionando como marcador de proximidade social e identidade cultural.

No nível morfossintático, a análise sociolinguística evidencia padrões recorrentes no português popular baiano que se repetem em diferentes contextos de fala. Tarallo (1990) destaca que a variação sintática no português brasileiro não é aleatória, mas estruturada por fatores sociais e históricos. Entre os fenômenos observáveis no baianês, destacam-se:

- inversão da negação: “sei não”, “vou não”, “quero não”;
- uso frequente de “a gente” como sujeito: “a gente vai depois”;
- simplificação de concordância: “os menino chegou”, “as pessoa fala”;
- estruturas de pedido e sugestão: “deixe eu ver”, “me dê um negócio aí”.

Essas construções não são falhas gramaticais, mas estratégias comunicativas sistemáticas. Naro (2003) demonstra que processos como a redução de concordância seguem padrões probabilísticos e estão relacionados a fatores como escolarização, contexto comunicativo e grau de formalidade.

No plano lexical, o baianês apresenta um repertório amplo de palavras e expressões que refletem heranças culturais africanas, indígenas e europeias. Mattos e Silva (2004) destaca que o português brasileiro se constituiu em ambiente de contato linguístico intenso, o que explica a presença de vocábulos e usos semânticos particulares. Exemplos recorrentes incluem:

- “buzu” (ônibus);
- “comer água” (beber álcool);
- “retado” (intenso, muito bom ou muito ruim, dependendo do contexto);
- “porreta” (excelente);
- “barril” (difícil, complicado);
- “mainha” e “painho” (formas afetivas de mãe e pai).

Esses elementos lexicais não apenas nomeiam objetos e situações, mas carregam valores culturais e afetivos, funcionando como marcadores identitários.

No nível pragmático-discursivo, a análise sociolinguística revela talvez um dos aspectos mais ricos do baianês: o uso da linguagem como ferramenta de construção de relações sociais. Mollica e Braga (2012) afirmam que a variação linguística está profundamente ligada às práticas discursivas e às interações sociais, sendo moldada pelo contexto e pelo interlocutor.

Expressões como “lá ele”, por exemplo, funcionam como marcadores pragmáticos complexos. Elas podem indicar recusa simbólica, humor, ironia, afastamento de sentidos ambíguos ou reafirmação de identidade masculina. Esse uso demonstra como a linguagem se articula com normas sociais, valores culturais e dinâmicas de grupo.

Outros marcadores discursivos típicos incluem:

- “oxente”;
- “visse?”;
- “tá ligado?”;
- “né isso?”;
- “meu rei/minha rainha”.

Esses elementos organizam a interação, mantêm o vínculo social e constroem sentidos compartilhados entre os interlocutores.

Bortoni-Ricardo (2004) ressalta que os falantes transitam entre diferentes variedades linguísticas conforme o contexto social, fenômeno conhecido como alternância de códigos ou mobilidade sociolinguística. Um falante baiano pode utilizar formas regionais em contextos informais e aproximar-se da norma padrão em situações institucionais, como na escola ou no ambiente profissional. Essa capacidade evidencia competência comunicativa e não deficiência linguística.

Entretanto, a análise sociolinguística do baianês também precisa considerar as dimensões sociais da estigmatização linguística. Bagno (2007) argumenta que o preconceito linguístico está profundamente ligado a desigualdades sociais e à valorização de determinados grupos em detrimento de outros. Assim, formas de falar associadas às classes populares tendem a ser vistas como “erradas”, enquanto variedades próximas da norma padrão são associadas a prestígio e escolarização.

Timbane (2013) reforça que as variedades linguísticas carregam experiências históricas e cosmovisões próprias, sendo fundamentais para a construção de identidades coletivas. Desvalorizá-las significa negar a legitimidade cultural dos grupos que as utilizam. Na Bahia, essa questão ganha contornos específicos, pois o falar baiano está historicamente associado à herança afro-brasileira e às camadas populares

urbanas. Lucchesi (2009) observa que o português popular urbano reflete desigualdades sociais e raciais, e que sua estigmatização é parte de um processo histórico de marginalização.

Por outro lado, há também movimentos de valorização cultural do baianês, especialmente na música, no cinema, na literatura e nas redes sociais. A linguagem regional passa a ser afirmada como símbolo identitário e como forma de resistência cultural. Esse processo revela o que Labov (2008) chama de mudança linguística motivada socialmente: as atitudes em relação à língua influenciam sua difusão e legitimação.

Do ponto de vista metodológico, a análise sociolinguística do baianês exige observação empírica da fala em uso, coleta de dados em diferentes contextos e consideração de variáveis sociais como idade, gênero, escolaridade e localização geográfica. Tarallo (1990) enfatiza que a Sociolinguística trabalha com dados reais de fala, e não apenas com exemplos idealizados. Os estudos de Savendra e Pereitra (2016) foram capazes de mostrar como as relações entre a língua e a sociedade se entrelaçam dando significados próprios de uma comunidade de fala.

Assim, observar conversas em mercados, escolas, transportes públicos e ambientes familiares permite identificar padrões linguísticos concretos e compreender como a língua se organiza socialmente. O baianês, nesse sentido, revela-se como um sistema vivo, dinâmico e em constante transformação.

Portanto, a análise sociolinguística do baianês demonstra que essa variedade linguística é resultado de processos históricos, sociais e culturais complexos. Ela se manifesta em diferentes níveis da língua, expressa identidades coletivas e evidencia a relação profunda entre linguagem e sociedade.

Mais do que um conjunto de expressões típicas, o baianês é uma prática social, um marcador de pertencimento e um espaço de resistência simbólica. Compreendê-lo sociolinguisticamente significa reconhecer que a língua não é apenas um sistema gramatical, mas um fenômeno social que traduz experiências históricas, relações de poder e formas de ver o mundo.

6 Léxico e expressões do dialeto baiano — quadro sociolinguístico

A organização do léxico e das expressões do chamado baianês pode ser melhor compreendida por meio de um quadro sociolinguístico que articule forma linguística, significado, contexto de uso e cidades em que ocorrem com maior frequência. Esse tipo de sistematização permite visualizar que o vocabulário regional não é aleatório, mas

socialmente distribuído e culturalmente marcado, confirmando a perspectiva de que o léxico é um dos níveis mais sensíveis à identidade linguística (BAGNO, 2007; MOLLICA; BRAGA, 2012). A seguir, um quadro analítico com expressões, frases e usos pragmáticos recorrentes no estado da Bahia:

Expressão / Palavra	Frase de uso real	Significado	Contexto sociolinguístico	Cidades onde ocorre com frequência
Lá ele	"Rapaz, tu gosta disso? Lá ele!"	Reação a duplo sentido; recusa simbólica; humor	Interação masculina, brincadeira, proteção de identidade	Salvador, Feira Santana, Camaçari
Oxente	"Oxente, tu chegou cedo hoje!"	Surpresa, espanto, ênfase discursiva	Conversa informal, oralidade cotidiana	Todo o estado; forte em Salvador e interior
Meu rei / minha rainha	"Chegue mais, meu rei."	Vocativo afetivo; proximidade social	Interação amigável e acolhedora	Salvador, Recôncavo Baiano
Se avexe não	"Se avexe não, vai dar certo."	Acalmar; aconselhar; tranquilizar	Situações de cuidado e solidariedade	Salvador, Santo Antônio de Jesus
Bora	"Bora ali resolver isso?"	Convite; sugestão de ação	Conversa cotidiana	Todo o estado
Buzu	"Vou pegar o buzu agora."	Ônibus	Léxico urbano popular	Salvador, Lauro de Freitas
Comer água	"Ontem ele comeu água demais."	Beber bebida alcoólica	Contexto festivo, social	Salvador, Ilhéus, Feira
Porreta	"O show foi porreta!"	Muito bom; excelente	Avaliação positiva	Interior e capital
Barril	"A prova foi barril."	Difícil; complicado	Avaliação negativa	Salvador, Feira, interior
Retado	"Ele é retado de inteligente."	Intenso; muito bom ou muito difícil	Ênfase avaliativa	Interior e capital

Expressão / Palavra	Frase de uso real	Significado	Contexto sociolinguístico	Cidades onde ocorre com frequência
Mainha painho	/ “Mainha mandou chamar.”	Mãe / pai (forma afetiva)	Família; identidade cultural	Recôncavo, interior, Salvador
Colé	“Colé, você vai?”	Saudação informal; chamada	Juventude urbana	Salvador
Visse	“É assim mesmo, visse?”	Confirmação; busca de concordância	de Estratégia discursiva	Salvador, Feira
Num sei não	“Num sei não se vai dar certo.”	Dúvida; negação reforçada	Conversa informal	Todo o estado
Deixe eu ver	“Deixe eu ver isso aqui.”	Pedido; tomada de ação	Oralidade espontânea	Salvador, interior
Tá ligado?	“É assim que funciona, tá ligado?”	Busca de alinhamento com interlocutor	Juventude urbana	Salvador
Massa	“Esse evento foi massa.”	Muito bom; legal	Linguagem juvenil	Salvador, Feira
Misericórdia	“Misericórdia, que susto!”	Espanto; ênfase emocional	Interações cotidianas	Interior e capital
Pivete	“Esse pivete apronta demais.”	Criança; jovem	Léxico urbano popular	Salvador
Cabra retado	“O cabra é retado.”	Pessoa valente ou muito boa em algo	Interior; masculinidade simbólica	Juazeiro, interior

Fonte: Dados da pesquisa

Esse conjunto lexical evidencia que o baianês se manifesta sobretudo como prática discursiva e identitária. As expressões não funcionam apenas como vocabulário, mas como marcadores sociais que organizam relações de proximidade, humor, hierarquia e pertencimento. Labov (2008) demonstra que o léxico é uma das áreas em que a variação linguística se torna mais visível socialmente, pois os itens lexicais carregam significados culturais compartilhados. No caso da Bahia, palavras

como “mainha”, “barril”, “retado” e “porreta” funcionam como índices de identidade regional.

Bagno (2007) afirma que o léxico popular frequentemente sofre estigmatização por estar associado às classes trabalhadoras, mas é justamente nele que se revela a vitalidade da língua e sua capacidade de adaptação social. Isso é visível no uso de “buzu” em vez de “ônibus”, ou “comer água” para “beber álcool”, construções que emergem da oralidade e da experiência cotidiana.

Mollica e Braga (2012) destacam que expressões pragmáticas como “visse?”, “né?”, “tá ligado?” cumprem funções interacionais fundamentais: manter o turno de fala, buscar concordância e reforçar vínculos sociais. No baianês, esses marcadores são particularmente frequentes e estruturam a comunicação oral.

Lucchesi (2009) aponta que o português popular urbano na Bahia preserva marcas históricas de contato linguístico e de organização comunitária, o que se reflete também no vocabulário e nas formas de tratamento. Vocativos como “meu rei” e “minha rainha” revelam formas específicas de sociabilidade e acolhimento cultural.

Timbane (2013) reforça que o léxico é espaço de memória cultural e histórica. Expressões transmitidas oralmente entre gerações carregam valores simbólicos e cosmovisões coletivas. Assim, o uso dessas palavras não é apenas linguístico, mas cultural e identitário. Na prática, essas expressões aparecem:

- em feiras livres e mercados populares;
- no transporte público;
- em ambientes familiares;
- na música e no carnaval;
- nas redes sociais e memes regionais.

Tarallo (1990) observa que a difusão de itens lexicais acompanha redes sociais de interação. Quanto maior a circulação social de uma expressão, maior sua permanência na comunidade linguística.

Apesar de sua riqueza, esse léxico muitas vezes é tratado como “linguagem incorreta” em contextos escolares e institucionais. Bortoni-Ricardo (2004) alerta que essa postura contribui para o afastamento entre escola e comunidade, pois ignora saberes linguísticos legítimos dos falantes.

Nesse sentido, reconhecer e documentar o léxico baiano é também um gesto político e educacional: significa valorizar a diversidade linguística e combater o preconceito linguístico ainda presente no Brasil.

O chamado baianês, portanto, não é apenas um conjunto de palavras “típicas”, mas um sistema de significados socialmente compartilhados, que expressa história, cultura e identidade coletiva.

Considerações finais

A análise do chamado baianês ao longo deste estudo permite afirmar que se trata de uma variedade linguística historicamente construída, socialmente legitimada e profundamente vinculada às dinâmicas culturais, identitárias e políticas do estado da Bahia. Longe de representar um conjunto de “expressões folclóricas” ou um modo de falar caricatural, o português falado na Bahia constitui um sistema linguístico complexo, estruturado e marcado por processos de contato, resistência e reinvenção social.

A Sociolinguística demonstra que a variação linguística é inerente ao funcionamento das línguas naturais e que nenhuma variedade é estruturalmente inferior à outra (LABOV, 2008). Nesse sentido, compreender o baianês implica reconhecer sua legitimidade científica e social, bem como sua relevância para a compreensão da formação histórica do português brasileiro. Como ressaltam Mattos e Silva (2004) e Lucchesi (2009), o português do Brasil se constituiu em ambiente de intenso multilinguismo, especialmente nas regiões de forte presença africana e indígena, como a Bahia.

Entretanto, a trajetória histórica desse falar foi acompanhada por processos de estigmatização e simplificação simbólica. O imaginário social brasileiro frequentemente associa a Bahia — e, particularmente, Salvador — a estereótipos de preguiça, informalidade excessiva, humor constante e exotização cultural. Esses discursos, muitas vezes reproduzidos pela mídia e por práticas sociais, impactam diretamente a percepção sobre a linguagem local, reduzindo-a a caricaturas e invisibilizando sua complexidade histórica e sociolinguística.

Bagno (2007) aponta que o preconceito linguístico é uma forma de discriminação social que opera ao associar determinadas formas de falar a falta de inteligência, escolaridade ou competência. No caso baiano, esse processo se agrava pela dimensão racial e histórica da região, marcada pela herança africana e pelas desigualdades sociais decorrentes do período colonial e pós-colonial. Assim, o julgamento da linguagem frequentemente se confunde com o julgamento social dos sujeitos que a utilizam.

Bortoni-Ricardo (2004) destaca que a escola, ao privilegiar exclusivamente a norma padrão como modelo legítimo de linguagem, contribuiu historicamente para a marginalização de variedades populares. No entanto, avanços recentes na Sociolinguística educacional têm buscado promover uma abordagem mais inclusiva, defendendo o ensino da norma padrão sem deslegitimar as formas de fala regionais.

Nesse cenário, torna-se fundamental problematizar os estereótipos linguísticos associados à Bahia e a Salvador. Reduzir o baianês a um “jeito engraçado de falar” ou a um recurso turístico-cultural implica ignorar sua historicidade, sua estrutura linguística e sua função social. A língua, nesse contexto, não é apenas comunicação: é território simbólico, memória coletiva e expressão de pertencimento.

Outro aspecto central diz respeito ao impacto das linguagens periféricas urbanas na dinâmica contemporânea do baianês. A expansão das periferias urbanas, a circulação de discursos juvenis e a influência da música, das redes sociais e da cultura digital têm promovido transformações significativas no repertório linguístico local. Expressões oriundas de contextos periféricos passam a integrar o uso cotidiano e a redefinir padrões de identidade e pertencimento.

Tarallo (1990) e Naro (2003) demonstram que a mudança linguística está diretamente relacionada à mobilidade social e às redes de interação. No contexto baiano, a linguagem das periferias urbanas — marcada por criatividade lexical, estratégias pragmáticas e forte oralidade — interfere diretamente na constituição contemporânea do baianês, ampliando suas possibilidades expressivas e reforçando seu caráter dinâmico.

Timbane (2013) ressalta que variedades linguísticas associadas a grupos historicamente marginalizados carregam experiências culturais e visões de mundo específicas. Ignorá-las ou desvalorizá-las significa perpetuar processos de apagamento simbólico. Assim, a presença das linguagens periféricas no baianês não deve ser vista como “degeneração linguística”, mas como continuidade histórica de um processo de construção coletiva da língua.

Lucchesi (2009) reforça que o português popular urbano é resultado de trajetórias sociais e históricas complexas, refletindo desigualdades, resistências e processos de adaptação cultural. Nesse sentido, a vitalidade do baianês reside justamente em sua capacidade de absorver influências, reinventar significados e manter-se socialmente relevante. Portanto, as considerações finais deste estudo apontam para três dimensões fundamentais:

1. **A língua como memória histórica:** o baianês reflete o contato entre povos africanos, indígenas e europeus, revelando a formação multicultural do Brasil.
2. **A língua como espaço de disputa simbólica:** estigmatizações e preconceitos linguísticos evidenciam relações de poder e desigualdade social.
3. **A língua como prática viva e contemporânea:** a influência das periferias urbanas, das mídias digitais e das juventudes reafirma o caráter dinâmico do falar baiano.

Compreender o baianês, portanto, é compreender a própria história social da Bahia e, em grande medida, do Brasil. É reconhecer que a língua não é apenas um sistema gramatical normativo, mas uma prática social que traduz experiências, conflitos, resistências e identidades.

Valorizar essa variedade linguística implica romper com estereótipos, questionar hierarquias simbólicas e promover políticas linguísticas e educacionais mais inclusivas. Significa, sobretudo, reconhecer que falar “baiano” não é desvio nem caricatura: é expressão legítima de uma história coletiva marcada por diversidade, criatividade e resistência cultural.



Referências

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O português do Brasil urbano*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CASTILHO, Ataliba T. *A língua falada no ensino do português*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. in: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p.146-153.
- COELHO, Izete Lehmkuhl et al. *Para conhecer a Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade no Brasil: a diversidade linguística e o português popular*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTINS, Marco António; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. (Org.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2012.

NARO, Anthony Julius. *Modelos quantitativos e tratamento estatístico em sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2003.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1990.

TIMBANE, Alexandre António. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. 2013. 318 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2013.



Recebido em: 21/04/2026

Aceito em: 13/08/2026

Para citar este texto (ABNT): SANTOS, Rebeca Crislangue César; TIMBANE, Alexandre António. O dialeto baiano e a variação sociolinguística: identidade, transformações históricas e expressões do “baianês”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 4, p.243-265, jun./dez. 2026.

Para citar este texto (APA): Santos, Rebeca Crislangue César; Timbane, Alexandre António. (jun./dez.2026). O dialeto baiano e a variação sociolinguística: identidade, transformações históricas e expressões do “baianês”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (4): 243-265.